

Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Edital nº 016/UFFS/2012

<http://uffs2012.fepese.org.br>

Caderno de Prova



18 de março



das 14:10 às 18:10 h



4 h de duração*



40 questões



S06

Contador



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Conhecimentos Gerais

(15 questões)

Língua Portuguesa

4 questões

Texto

No dia dos seus 102 anos, uma adorável matriarca está sentada junto à mesa de sua cozinha, rodeada de filhas e amigas. Ela corta os quiabos que serão preparados e servidos mais tarde aos visitantes, como de costume. Entrevistada, diz ao jornalista: “A vida, a gente é que decide. Eu escolhi a felicidade”.

A aniversariante, dona Canô, mãe de Bethânia, minha irmã querida, naturalmente não quis dizer que “escolher a felicidade” é viver sem problemas, sem dramas pessoais ou as dores do mundo. Nem quer dizer ser irresponsável, eternamente infantil. Ao contrário, a entrevistada falou em “decidir” e “escolher”.

Lya Luft: *A gente decide*. In *Veja*, 21 out. 2009

1. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A expressão “sentada à mesa” equivale a sentada na mesa.
- b. () A palavra “matriarca” indica o chefe de uma família – homem ou mulher.
- c. () Em “sentada à mesa”, passando “mesa” para o plural, o “à” permanece com o acento de crase.
- d. () Substituindo-se a expressão sublinhada, em “mais tarde aos visitantes”, por a visitas, o a receberá acento de crase.
- e. (X) Segundo Lya Luft, dona Canô optou por ser feliz na vida, apesar dos problemas que possa ter enfrentado.

2. Assinale a alternativa gramaticalmente **correta**.

- a. () Aspiro uma vida feliz como a da matriarca.
- b. (X) A anciã, com cuja visão de vida concordo, é mãe de Caetano e Bethânia.
- c. () Filhas e amigas de dona Canô assistem-lhe cortar quiabos.
- d. () A vírgula depois da expressão “No dia dos seus 102 anos” isola uma frase explicativa.
- e. () As vírgulas que isolam as expressões “dona Canô/ mãe de Bethânia/ minha irmã querida” marcam vocativos.

3. Conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, continuam acentuadas graficamente:

1. as palavras *baú, conteúdo, distribuído, juízes, distribuído, prejuízo, saída, saúde, [eu] proíbo reúno / saúde*.
2. as palavras *cinquenta, conseqüente, freqüente, seqüência*.
3. as formas verbais *pôr* e *pôde*, como em *Queremos pôr ordem na casa e Você não pôde nos visitar ontem?*
4. as formas verbais sublinhadas em *Eles vêm de Braço do Norte porque mantêm a palavra; isso lhes convêm*.
5. as palavras *lençóis, constrói e troféus*.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 3, 4 e 5.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.

4. Assinale a alternativa correta.

- a. (X) Teu descuido ficará entre mim e ti.
- b. () Espero que você seja como dona Canô e esteje sempre feliz.
- c. () Meu colega não reaveu os documentos perdidos.
- d. () Será ótimo se ele repor o material do escritório que gastou à toa.
- e. () Já vão fazer vinte anos que cheguei a esta cidade.

Atualidades

4 questões

5. A Associação Brasileira de Supermercados e o Governo do Estado de São Paulo assinaram um acordo que deve banir a sacola plástica em muitas redes varejistas daquele Estado.

Assinale a alternativa que indica uma das restrições dos ambientalistas ao uso das sacolas desse material.

- a. () O curto ciclo de vida do plástico nela empregado, causando enormes prejuízos às populações ribeirinhas e litorâneas.
- b. () Apesar de serem degradáveis e causarem pouquíssimos prejuízos ao meio ambiente terrestre, quando carregadas para os rios e mares matam por asfixia animais marinhos, peixes e moluscos.
- c. (X) O longo ciclo de vida do plástico nelas empregado, causando sérios danos ao ecossistema.
- d. () O seu alto custo e o emprego de materiais importados causam o aumento das importações e sérios prejuízos econômicos.
- e. () O seu emprego para embalagem de lixo doméstico é altamente prejudicial à saúde, uma vez que em contato com matérias orgânicas o plástico libera substâncias e gases altamente tóxicos que tornam o lixo irreciclável.

6. Recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou e decidiu sobre a constitucionalidade de uma importante lei, capaz de influenciar o processo eleitoral.

Assinale a alternativa que indica a lei e a decisão em questão.

- a. (X) A “Lei da Ficha Limpa”, julgada constitucional e válida para as eleições de 2012.
- b. () A “Lei da Ficha Limpa”, julgada inconstitucional, mas válida provisoriamente para as eleições de 2012.
- c. () A “Lei da Ficha Limpa”, julgada constitucional, mas não considerada válida para as eleições de 2012.
- d. () A “Lei da Ficha Limpa”, julgada constitucional com a ressalva de permitir a reeleição, em 2012, dos atuais prefeitos, vereadores, deputados e senadores, sem qualquer das restrições impostas pela referida lei.
- e. () A “Lei da Ficha Limpa”, promovendo uma reforma eleitoral que altera as normas, os prazos, os fatores de inelegibilidade e as regras de formação de novos partidos políticos.

7. O Oriente Médio tem sido foco de inúmeros conflitos nas últimas décadas. Assinale a alternativa que indica um dos motivos do recente acirramento das tensões entre o governo de Israel e do Irã.

- a. () O Irã acusa o governo israelense de ter se apossado dos planos de construção da primeira usina nuclear iraniana.
- b. () As autoridades de Teerã acusam o governo israelense de assassinar os principais cientistas envolvidos no projeto nuclear iraniano, bem como de planejar a morte do Xá Mohammad Rhexa Pahlevi.
- c. () Os Estados Unidos ameaçaram atacar Israel caso o governo daquele país concretize suas ameaças de destruir as instalações nucleares iranianas.
- d. (X) Israel ameaça desencadear um ataque ao Irã a quem acusa de querer se dotar de uma bomba atômica.
- e. () A Guarda Revolucionária, braço armado do governo iraniano, comandou um ataque a diversos lugares santos judaicos, entre os quais, o *Kotel* em Jerusalém Oriental.

8. Analise as afirmativas abaixo com base nas informações dos Indicadores Sociais Municipais do Censo Demográfico 2010.

1. Em dez anos, o analfabetismo no Brasil caiu muito pouco, cerca de 4 pontos percentuais.
2. As taxas de analfabetismo cresceram em cerca de 20 por cento na última década.
3. Segundo o IBGE, a menor taxa de analfabetismo no Brasil foi registrada no Distrito Federal.
4. Apesar de ostentar uma alta taxa de crescimento econômico e aumento do mercado consumidor, o nordeste era, segundo aquele censo, a região do país com o maior número de analfabetos.
5. Na região sul registra-se o maior índice de analfabetos com mais de 60 anos. Uma de cada duas pessoas que ali vivem, com mais de 60 anos, não foi alfabetizada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 4.
- b. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

Noções de Informática

3 questões

9. A extensão padrão (default) dos arquivos produzidos utilizando a suite de aplicações de escritório LibreOffice, para a produção de apresentações, documentos de texto e planilhas, respectivamente, é:

- a. () pptx; docx; xlsx
- b. () ppt; doc; xls
- c. (X) odp; odt; ods
- d. () odt; ods; odp
- e. () odpx; odtx; odsx

10. O emprego da criptografia nos meios digitais tem como principal objetivo:

- a. () Redução dos erros.
- b. () Redução dos custos.
- c. () Aumento do desempenho.
- d. () Aumento da velocidade.
- e. (X) Aumento da segurança.

11. No que diz respeito a procedimentos de *backup*, para um mesmo conjunto de dados que devem ser salvaguardados diariamente, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Utilizar somente backups incrementais ou diferenciais é mais eficiente que combiná-los com backups normais.
- b. () Uma política de backup que combine backup normal e diferencial tende a consumir menos espaço de armazenamento de dados que uma política de backup normal e incremental ao longo do tempo.
- c. (X) Uma política de backup que combine backup normal e incremental tende a consumir menos espaço de armazenamento de dados que uma política de backup normal e diferencial ao longo do tempo.
- d. () Uma política de backup somente com backups normais tende a consumir menos espaço de armazenamento de dados que uma política que combine backups diferenciais.
- e. () Uma política de backup somente com backups normais tende a consumir menos espaço de armazenamento de dados que uma política que combine backups incrementais.

**Noções de
Direito Administrativo/
Administração Pública**

4 questões

12. De acordo com a Lei Federal nº 8.429/92, em sua redação atual, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

- a. () Frustrar a licitude de concurso público.
- b. (X) Permitir ou facilitar a permuta de bem por preço superior ao de mercado.
- c. () Revelar, antes da respectiva divulgação oficial, teor de política econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- d. () Perceber vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- e. () Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de cargo público, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

13. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, é dispensável a licitação para:

- a. () Contratos de permissão de serviços públicos.
- b. () Contratos de concessão de serviços públicos.
- c. () Aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.
- d. () Contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular com profissionais de notória especialização.
- e. (X) Contratação realizada por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou exploração de criação protegida.

14. Um ato administrativo praticado por agente incompetente deve ser:

- a. () Revogado apenas por ato do Poder Judiciário.
- b. () Convalidado por ato da própria Administração.
- c. (X) Anulado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração.
- d. () Revogado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração.
- e. () Revogado apenas por ato da própria Administração.

15. Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, **exceto** quanto aos relativos:

- a. () Aos contratos de publicidade.
- b. () Aos contratos de obras públicas.
- c. () Aos contratos de fornecimento de energia elétrica e gás natural.
- d. (X) Aos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática.
- e. () Aos contratos realizados por Instituição Científica e Tecnológica (ICT).

Conhecimentos Específicos

(25 questões)

16. A Resolução CFC nº 750/1993 consagra os Princípios de Contabilidade, que são de observância obrigatória no exercício da profissão contábil, constituindo condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Assinale a alternativa que indica a definição de princípio **incorreta**.

- a. () O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância.
 - b. (X) Princípio da Oportunidade refere-se à necessidade da Administração Pública utilizar e gerenciar quaisquer tipos de informações em benefício da cidadania.
 - c. () O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
 - d. () O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
 - e. () O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
17. Quanto ao princípio do Registro pelo valor Original, é **incorreto** afirmar:
- a. (X) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser liquidado, ou um passivo trocado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
 - b. () Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.
 - c. () Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.
 - d. () Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.
 - e. () Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

18. O Resultado Patrimonial corresponde:

- a. () à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período. Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial. Caso contrário, diz-se que foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial.
- b. () à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período. Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial. A diferença de variação (positiva ou negativa) não poderá exceder a 2% do orçamento anual.
- c. (X) à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período. Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.
- d. () à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período. Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial. Caso contrário, diz-se que foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. A diferença de variação (positiva ou negativa) não poderá exceder a 2% do orçamento anual.
- e. () à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas mais o total das receitas patrimoniais e o valor total das variações patrimoniais diminutivas menos o total das despesas patrimoniais de um dado período. Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

19. Conforme enunciado pelo Princípio da Competência, considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa, **exceto**:

- a. pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
- b. pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- c. no recebimento efetivo de doações e subvenções.
- d. nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados.
- e. quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

20. Quanto ao Ativo Intangível, é **incorreto** afirmar:

- a. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- b. Ativo intangível é um ativo monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos presentes e futuros ou serviços potenciais.
- c. O critério de mensuração ou avaliação dos ativos intangíveis obtidos a título gratuito e a eventual impossibilidade de sua valoração devem ser evidenciados em notas explicativas.
- d. Um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando: for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e quando o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.
- e. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que tenha incorrido.

21. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Valor de mercado ou valor justo (fair value): o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.
- b. Valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor justo ou valor em uso, com base em laudo técnico ou relatório de análise.
- c. Influência significativa: o poder de uma entidade do setor público participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de outra entidade que dela receba recursos financeiros a qualquer título ou que represente participação acionária, desde que não signifique um controle compartilhado sobre essas políticas.
- d. Redução ao valor recuperável (impairment): o ajuste ao valor justo ou valor em uso, quando esse for superior ao valor líquido contábil.
- e. Valor recuperável: o valor de venda de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

22. Uma entidade pretende realizar a depreciação de um bem, utilizando o método da soma dos dígitos. O valor bruto contábil é R\$ 10.500,0. O valor residual determinado pela entidade foi de R\$ 1.500,00. A vida útil do bem é de cinco anos, e a taxa de depreciação ao ano é de 20%. Por questões didáticas, a depreciação será calculada anualmente.

Qual o valor da depreciação acumulada no final do terceiro ano pelo método da soma dos dígitos?

- a. R\$ 9.200,00
- b. R\$ 8.400,00
- c. R\$ 7.200,00
- d. R\$ 6.300,00
- e. R\$ 5.400,00

23. A baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ocorrer:

- a. () por sua alienação. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos no resultado patrimonial. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor justo do item.
- b. () por sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor justo ou contábil do item.
- c. () por sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil ou justo do item.
- d. () por sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor justo ou contábil do item.
- e. (X) por sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos no resultado patrimonial. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do item.

24. Uma provisão só deve ser reconhecida se atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a. () A entidade tem uma obrigação legal ou formalizada presente ou futura como consequência de um evento presente ou passado; é possível a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- b. () Quando uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência for confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- c. () Quando não for provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou quando o valor da obrigação não pode ser adequadamente mensurado.
- d. (X) A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- e. () A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; é remota a saída de recursos para liquidar a obrigação no momento, mas possível no ano seguinte; pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

25. O Patrimônio Líquido Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo, o resultado é denominado:

- a. () Déficit Orçamentário.
- b. (X) Passivo a Descoberto.
- c. () Passivo sem cobertura.
- d. () Patrimônio Líquido Negativo.
- e. () Patrimônio Líquido deficitário.

26. As obrigações do Passivo Circulante compreendem, **exceto**:

- a. Resultado Diferido – Compreende o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008, composto de variação patrimonial aumentativa (VPA) diferida e o respectivo custo diferido.
- b. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
- c. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo: Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos até o término do exercício seguinte.
- d. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
- e. Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento até o término do exercício seguinte.

27. A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) contemplará, no mínimo, os itens contidos abaixo, segregados em colunas:

- a. Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Resultados Acumulados; Ajustes de Exercícios Anteriores.
- b. Patrimônio Social/Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial e as Reservas de Lucros.
- c. Patrimônio Social/Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações/Cotas em Tesouraria, Ajustes de Exercícios anteriores.
- d. Patrimônio Social/Capital Social, acréscimos ocorridos no período e todos os ajustes de exercícios anteriores.
- e. Patrimônio Social/Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações/Cotas em Tesouraria, Resultados Acumulados.

28. O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/64, em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- a. As receitas por função, e as despesas por centros de natureza.
- b. As receitas por atividades, e as despesas por departamentos.
- c. As receitas por unidade de valor, e as despesas por centros de responsabilidade.
- d. As receitas por fonte (espécie), e as despesas por grupo de natureza.
- e. As receitas por órgão, e as despesas por processos.

29. Em 2005, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, instituído pelo Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005.

Aponte os principais objetivos idealizados pelo programa:

- a. () Promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética, aumentar o número de funcionários, fomentar a equiparação dos poderes.
- b. () Assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promover a gestão burocrática, reduzir o poder dos municípios.
- c. (X) Eliminar o déficit institucional, promover a governança, promover a eficiência, assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental.
- d. () Aumentar o poder do Governo Federal, eliminar o déficit institucional, aumentar a arrecadação do Governo Federal.
- e. () Promover a eficiência, assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, criar sistemas gerenciais automatizados, promover a gestão centralizadora.

30. De acordo com o artigo 2º da Lei nº 4.320/64, quais são os princípios do orçamento público?

- a. () Anualidade, publicidade e equilíbrio
- b. () Legalidade, unidade e anualidade
- c. () Legalidade, publicidade e equilíbrio
- d. (X) Unidade, universalidade e anualidade
- e. () Universalidade, exclusividade e publicidade

31. Qual o princípio que estará sendo atendido quando da publicação no Diário Oficial da União do Orçamento Federal?

- a. () Marketing
- b. (X) Publicidade
- c. () Propaganda
- d. () Programação
- e. () Universalidade

32. Segundo os artigos 58 ao 70 da Lei nº 4.320/64, há três estágios básicos obrigatórios da despesa pública, que são:

- a. () Compra, entrega e pagamento.
- b. () Licitação, empenho e suprimento.
- c. () Suprimento, licitação e pagamento.
- d. () Empenho, liquidação e pagamento.
- e. (X) Empenho, licitação e pagamento.

33. A Lei nº 4.320/64, no seu artigo 12, classifica a despesa pública nas seguintes categorias econômicas:

- a. () Despesas de Custeio e Despesas Comerciais.
- b. () Despesas de Capital e Despesas de Custeio.
- c. (X) Despesas Correntes e Despesas de Capital.
- d. () Despesas de Viagem e Despesas de Pessoal.
- e. () Despesas Correntes e Despesas Administrativas.

34. De acordo com o artigo 11, da Lei nº 4.320/64, a receita pública pode ser classificada nas seguintes categorias econômicas:

- a. (X) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- b. () Receitas Ordinárias e Receitas Extraordinárias.
- c. () Receita Orçamentária e Receita Extraordinária.
- d. () Receita Federal e Receita Municipal.
- e. () Receita de Investimentos e Receita de Impostos.

35. Segundo artigo 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos:

- a. () ao resultado da gestão patrimonial.
- b. () às receitas e despesas extraorçamentárias.
- c. () aos pagamentos realizados, contemplando a discriminação dos fornecedores.
- d. () à relação dos funcionários pertencentes à administração financeira do órgão.
- e. (X) à apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício.

Ministério da Educação

36. Assinale a alternativa **correta** referente aos créditos adicionais.

- a. () Créditos adicionais são utilizados para reforçar as despesas públicas.
 - b. () Créditos adicionais são utilizados para reforçar as receitas públicas.
 - c. () Créditos especiais são destinados ao reforço de uma dotação orçamentária prevista no orçamento.
 - d. (X) Créditos extraordinários são utilizados para despesas imprevistas e urgentes, no caso de calamidade pública e guerra.
 - e. () Créditos suplementares são utilizados para abertura de dotação orçamentária não prevista no orçamento.
-

37. De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
 - b. (X) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
 - c. () Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior.
 - d. () Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3.
 - e. () Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos.
-

38. Na administração pública, a aquisição de um terreno para construção de uma escola é um exemplo de despesa:

- a. () de custeio.
- b. () de imobilizado.
- c. (X) de investimento.
- d. () de patrimônio.
- e. () intangível.

39. É **inexigível** a licitação, segundo a Lei nº 8.666/93:

- a. () Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - b. () Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - c. () Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades pre-cipuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - d. () Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
 - e. (X) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
-

40. Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral.
- b. () A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, sendo a União 50%, Estados 50%, municípios 60%.
- c. () Se a despesa total de pessoal ultrapassar o limite estabelecido na lei, o ente não receberá transferências constitucionais.
- d. () A dívida pública flutuante é: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis e contratos para amortização em prazo superior a doze meses.
- e. () É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no artigo 20, no último bimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

**Página
em Branco.
(rascunho)**



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>